



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

AMANDA CRISTINA DE SENA GARCIA

**OS CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO DA
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT): UMA ANÁLISE DO
MATO GROSSO DO SUL (2014- 2024)**

TRÊS LAGOAS
2025



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



2

AMANDA CRISTINA DE SENA GARCIA

OS CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT): UMA ANÁLISE DO MATO GROSSO DO SUL (2014- 2024)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Thiago Araujo Santos

TRÊS LAGOAS
2025



AMANDA CRISTINA DE SENA GARCIA

**OS CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO DA
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT): UMA ANÁLISE DO
MATO GROSSO DO SUL (2014- 2024)**

Monografia apresentada à Banca Examinadora em:
_____ de _____ de 2025 e foi considerada _____ .

BANCA EXAMINADORA

Orientador/a

Membro da banca

Membro da banca



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças e sabedoria nesses anos de graduação.

Aos meus pais, Rosemary de Sena Ferreira Garcia e José Milton Garcia, por todo incentivo, amor e apoio, que foram fundamentais para chegar até aqui. Ao meu namorado, Arnaldo Ramires Koch, pela compreensão e paciência e por estar sempre ao meu lado, até nos momentos ruins, oferecendo palavras de motivação e carinho nesses momentos que foram tão desafiadores.

Ao meu orientador, Doutor Thiago Araújo Santos, por toda dedicação, muita paciência e pelas valiosas orientações, e por todo incentivo para que esse trabalho saísse. Sua orientação foi muito importante para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também a todos meus colegas e amigos de curso, pela amizade, aprendizados e experiências trocadas. Quero agradecer em especial meus amigos Jaine José, Natanael Joabe, João Victor e Eduardo Gomes, pelo companheirismo e ajudas que vão muito além dos trabalhos realizados. Um agradecimento em especial para o Eduardo que ajudou na elaboração dos gráficos presentes.

Por fim, quero agradecer a todos que de alguma forma contribuíram nesta etapa e para que esse trabalho se concluísse com sucesso. Só gratidão a todos.



RESUMO

O presente trabalho busca analisar o perfil dos conflitos agrários na Região do Mato Grosso do Sul (MS), baseado nos Cadernos da CPT. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi criada em 1975, um período em que o Brasil estava passando pela Ditadura Militar e os trabalhadores rurais, posseiros, peões, indígenas e camponeses estavam tendo seus direitos violados e sendo submetidos a trabalhos sem condições dignas. Então a CPT surge como forma de apoio a esses povos e traz visibilidade às suas lutas. Os dados documentados nestes Cadernos são de extrema importância, pois mostram com fatos como está a realidade no campo brasileiro. Como base metodológica, realizamos uma análise bibliográfica dos Cadernos entre os anos de 2014 a 2024, considerando especificamente o estado de Mato Grosso do Sul (MS). Foram utilizados dados qualitativos (informações descritivas presentes nos Cadernos) e quantitativos, do próprio banco de dados estudado, além de notícias e entrevistas realizadas por terceiros. Com essas informações foi possível traçar um perfil desses conflitos no Mato Grosso do Sul, no período de recorte, que podem acontecer por terra, água e trabalho. No Mato Grosso do Sul, especificamente, identificamos uma condição marcada pela violência, principalmente envolvendo a posse da terra, onde ocorre uma luta frequente entre grandes proprietários e, entre suas maiores vítimas, os indígenas.

Palavras-Chave: Comissão Pastoral da Terra, Conflitos, Perfil, Mato Grosso do Sul

RESUMEN

El presente trabajo busca mostrar el perfil de los conflictos agrarios en el Mato Grosso do Sul (MS), basado en los *Cadernos da CPT*. La Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) fue creada en 1975, en un período en que Brasil atravesaba la Dictadura Militar y los trabajadores rurales, poseedores, peones, indígenas y campesinos estaban viendo vulnerados sus derechos y siendo sometidos a trabajos sin condiciones dignas. La CPT surge entonces como una forma de apoyo a estos pueblos y de dar visibilidad a sus luchas. Los datos documentados en estos *Cadernos* son de extrema importancia, ya que muestran con hechos cómo es la realidad en el campo brasileño. Como base metodológica, realizamos un análisis bibliográfico de los *Cadernos* entre los años 2014 y 2024, considerando específicamente el estado de Mato Grosso do Sul (MS). Se utilizaron datos cualitativos (informaciones descriptivas presentes en los *Cadernos*) y cuantitativos, del propio banco de datos estudiado, además de noticias y entrevistas realizadas por terceros. Con esta información fue posible trazar un perfil de estos conflictos en Mato Grosso do Sul, durante el período analizado, los cuales pueden ocurrir por tierra, agua o trabajo. En Mato Grosso do Sul, específicamente, identificamos una situación marcada por la violencia, principalmente relacionada con la posesión de la tierra, donde ocurre una acción constante de grandes propietarios y, entre sus principales víctimas, los pueblos indígenas.

Palabras clave: Comisión Pastoral de la Tierra, Conflictos, Perfil, Mato Grosso do Sul



LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1: CONFLITOS NO CAMPO NO MATO GROSSO DO SUL 20
- GRÁFICO 2: MATO GROSSO DO SUL: SÉRIE HISTÓRICA DOS CONFLITOS POR TERRA (2014-2024) 21
- GRÁFICO 3: MATO GROSSO DO SUL: SÉRIE HISTÓRICA DOS CONFLITOS TRABALHISTAS (2014-2024) 24
- Gráfico 4: Mato Grosso do Sul: série histórica dos conflitos por água (2014-2024) 26

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: A distribuição dos quatro tipos de violência contra pessoa pelo território brasileiro entre 2015 e 2024

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1: CONFLITOS NO CAMPO NO MATO GROSSO DO SUL 20



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
SEÇÃO 1- OS CADERNOS CONFLITOS NO CAMPO NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE DENÚNCIA	12
SEÇÃO 2- UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS NO CAMPO SUL MATO-GROSSENSE (2014-2024).....	19
Conflitos por terra.....	21
Conflitos trabalhistas	23
Conflitos por água	25
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30



INTRODUÇÃO

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em junho de 1975, foi fundada durante o encontro de bispos e líderes da Igreja católica da Amazônia. Aquele era um período que o Brasil estava passando pela ditadura militar, e os trabalhadores rurais, peões, posseiros e outros sujeitos do campo estavam tendo seus direitos violados, sendo submetidos a trabalho análogo a escravidão e expulsos de suas terras. O surgimento da CPT nesse período é muito importante, pois traz apoio para esses povos e traz visibilidade para as suas lutas que antes sofriam repressão devido ao cenário que se encontravam.

Na intenção de reforçar essa luta a CPT criou algumas campanhas e um centro de documentação dos conflitos no campo Brasil. Em 1997 criou-se a campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo: “De Olho Aberto para não Virar Escravo”. Essa campanha buscou conscientizar a população e denunciar esses casos de escravidão recente, que acontece em sua maioria com pessoas pretas, pardas e indígenas, e pressionar o apoio de órgãos públicos para enfrentar e acabar com esses casos. Além desses objetivos, a campanha enfatiza a questão de fazer dos trabalhadores protagonistas de suas próprias vidas.

O ato de documentar essas lutas é comum na história da entidade, sendo realizado desde o início das ações da CPT. Porém, no ano de 2013, o setor de documentação ganhou nome e passou a ser chamado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT”. Até o ano de 1988 a organização dos dados e documentos era feita de forma manual, com preenchimento de fichas, e somente depois desse ano que começaram a arquivar essas informações em um banco de dados (CPT, 2020). Segundo Ribeiro et.al. (2020, p. 407),

Destacam-se como objetivos do Centro de Documentação: 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes de base da CPT, bem como denúncias de movimentos sociais relatados em seus veículos de comunicação e documentos oficiais). 2. Buscar fontes secundárias em jornais, revistas etc. 3. Classificar as fontes, analisar os dados e sistematizá-los, transformando-os em fundamentação de denúncias de violações de direitos cometidos contra camponeses e suas organizações.

A CPT tem um vínculo muito forte com a Igreja Católica por ser um período em que estava acontecendo a Ditadura Militar e o confronto entre Estado e Igreja. E por mais que a igreja estivesse começando a ficar dividida, não deixou de cuidar dos seus fiéis. Esse olhar para os “oprimidos”, baseado na “Teologia da libertação”, desperta esse alarme das desigualdades



e violências que vinham acontecendo no campo brasileiro. Segundo Almeida (1897, p. 10), evidenciando o sentido libertador dessa teologia,

Nota-se que a Igreja "despertou" a consciência que parecia obscura no sentido de se posicionar a favor da classe oprimida. E percebendo as dificuldades desta última houve uma certa divisão dentro da própria Igreja, onde está atualmente não permanece unívoca, tendo que aceitar um outro segmento que faz o discurso libertador, ou seja, "opção preferencial pelos pobres". Foi essa Igreja com setores diferentes e práticas diversas que preparou Puebla e que o papa encontrou em sua visita.

Essa Teologia da Libertação, como citado anteriormente, foi uma das bases da CPT, que surgiu na igreja católica para mostrar que eram contrários à contradição existente entre a pobreza extrema e a fé da população (Noronha, 2012). Com esse espírito, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) completou 50 anos. Durante esse tempo, muitas vidas foram salvas devido a denúncias, ao incentivo e à força para terem resistência e lutarem pelas suas terras. Embora com muitas conquistas, como destacou em entrevista Ronilson Costa, membro da Coordenação Nacional da CPT (CPT, 2025).

[...] chegamos aqui muito mais com o propósito de refletir sobre o quanto que precisa ser alcançado para garantir, de fato, uma verdadeira reforma agrária para que garanta a demarcação dos territórios dos povos originários, das comunidades quilombolas e tantas outras comunidades e outras vias campesinas que nós temos no nosso país.

Devido ao cenário que se encontrava o Brasil, ao longo de sua história, a CPT teve que agir com urgência a respeito da violência que estava acontecendo no campo contra indígenas, posseiros, camponeses e acampados, colocando a pauta da reforma agrária em destaque. Uma das principais funções da reforma agrária é garantir a redistribuição de terra de forma justa para todos. Isso, porém, não acontece, sendo a concentração fundiária um entrave histórico à democratização do acesso à terra no Brasil. Essa desigualdade no acesso a terras é tão gritante que no Brasil 1% das propriedades rurais concentram 45% de toda a área rural do país (CPT, 2020, p. 413).

O perfil dos conflitos agrários no Mato grosso do Sul, é marcada pela concentração fundiária, dada pelos conflitos pela terra, conflito que acontece muito no estado e atinge principalmente, indígenas e os povos sem-terra, que sofrem muitas violências e ameaças. Que vai ser abordado nas próximas seções.



Esta monografia tem como objetivo analisar o perfil dos conflitos agrários na Região do Mato Grosso do Sul (MS), baseado nos Cadernos da CPT, importante ferramenta de organização de dados sobre os ataques às populações no campo em suas diversas formas, aglutinadas em três grandes categorias: conflitos por terra; conflitos por água e conflitos trabalhistas. E compreender os ataques que as populações no campo sofrem.

Para essa análise, estabelecemos como recorte o estado do Mato Grosso do Sul. Possuindo alta concentração fundiária e dados alarmantes de violência contra os povos do campo, especialmente indígenas, esse estado é representativo da dramática situação das pessoas que vivem na/da terra, no Brasil. Elegemos os anos entre 2014 e 2024 como recorte temporal, reconhecendo que nesse período tivemos importantes eventos que, a nosso ver, tiveram consequências para as populações do campo: o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2015; o governo de Michel Temer, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enfraquecendo as políticas de reforma agrária no país; governo com discursos contra movimentos sociais, como o de Bolsonaro, em 2018, e governos mais alinhados com os movimentos sociais, como o terceiro mandato de Lula (2022-2026), ainda que sem mudanças estruturais nas políticas agrárias.

A análise dos dados sobre as diferentes formas de violência no campo no Mato Grosso do Sul, entre 2014 e 2024, será apresentada nesta monografia em dois capítulos. No primeiro deles, analisamos os Cadernos como instrumento de denúncia dos conflitos existentes no campo. Nessa análise, são destacados aspectos metodológicos e os objetivos da entidade com a organização e publicação desses dados. No segundo capítulo, será realizada a análise específica dos Cadernos, seguindo o recorte mencionado, identificando o perfil dos conflitos no Mato Grosso do Sul.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como documental e de abordagem qualitativa e quantitativa. Como fonte primária de dados, foram utilizados os Cadernos Conflitos no Campo Brasil, publicados anualmente pela CPT entre 2014 e 2024, com foco específico nos dados referentes ao estado de Mato Grosso do Sul.

A análise qualitativa contemplou as informações descritivas presentes nos Cadernos, contextualizações sobre os conflitos e relatos de casos específicos. Já a análise quantitativa baseou-se nos dados estatísticos organizados em tabelas pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT, permitindo a elaboração de gráficos e tabelas que evidenciam a



evolução temporal dos conflitos. Foram também consultadas fontes secundárias, como notícias jornalísticas e entrevistas, que auxiliaram na compreensão do contexto dos conflitos documentados.



SEÇÃO 1- OS CADERNOS CONFLITOS NO CAMPO NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE DENÚNCIA

Os Cadernos são de extrema importância, pois é por meio deles que é possível documentar as lutas e a resistência desses povos e denunciar a violência que sofrem, com intenção que isso um dia acabe, e que não seja necessário se publicar mais esses cadernos. Em entrevista da TV GGN, com a coordenadora executiva nacional da CPT, ela traz uma fala referente a essa pauta: “quem dera a CPT parasse de lançar esses cadernos. Isso seria um indicativo que no campo houve justiça, coisa que está bem longe de acontecer”.

O primeiro Caderno lançado foi em 1985, dez anos após a criação da CPT. Ao longo dos anos de suas publicações, esses documentos vêm registrando os acontecimentos e conflitos que acontecem no campo brasileiro. Retratam as formas que as desigualdades podem acontecer com assentados, camponeses, agricultores familiares etc. São quarenta (40) anos de lutas e resistência registrados. Em suas primeiras edições, os Cadernos causaram muito alvoroço na população devido ao cenário que se encontrava o Brasil naquela época (Ribeiro et.al., 2020).

Os Cadernos da CPT trazem algumas formas que o conflito no campo pode acontecer, estando dentre eles: conflitos pela terra, conflitos por água e conflitos trabalhistas. Esses cadernos trazem uma conceitualização de cada conflito e tabelas que trazem os Estados e os municípios que mais acontecem esses conflitos. Segundo CPT (2024, pg. 16, *grifo nosso*).

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos em que a relação trabalho versus capital indicam a existência de trabalho escravo e superexploração. As greves também integram o conjunto dos conflitos trabalhistas. **Conflitos pela Água** são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados. Envolve ainda a luta dos povos e comunidades frente à mineração.



Por meio dessas categorias é possível entender sobre o que se tratam esses conflitos e por que é tão necessário continuar a luta e resistência contra os ataques sofridos pelas suas vítimas. Além dessas informações, esses Cadernos também trazem dados de violência e assassinatos que esses povos passam. Segundo informações da última edição (CPT, 2024), as pessoas que mais sofreram com assassinatos são: Quilombolas, Posseiros, Pequeno Proprietário, Assentado, Sem Terra e Indígenas e que 46% desses casos de assassinatos são causados por grandes fazendeiros.

Com esses registros, é possível observar como a concentração fundiária tem tomado conta do campo brasileiro. Isso leva a uma desigualdade na divisão da terra e dificulta mais o acesso a esse bem natural a significativa parcela da população. A CPT é uma das defensoras da divisão correta da terra, por isso é uma das apoiadoras da reforma agrária, acreditando que todos devem ter acesso à terra e seu direito de plantar, fazendo cumprir a função social da terra prevista na Constituição de 1988. Dados apontados anteriormente mostram que essa desigualdade colabora para os latifúndios se destacarem e o agronegócio conseguir se expandir cada vez mais, muitas vezes sobre áreas de cultivo de pequenos agricultores.

O Estado é um dos colaboradores para essa desigualdade na divisão de terras e pela expansão do agronegócio. A edição de 2023 dos Cadernos traz alguns agentes que contribuem para a violência e conflitos no campo. O Estado, que deveria proteger as famílias que vivem em territórios que o agronegócio ainda não alcançou, fomenta o desenvolvimento do agronegócio e dos grandes fazendeiros, por meio de crédito e isenções fiscais. Além disso, em situações de conflito, atua direcionando forças policiais para lugares onde famílias estão na luta por terra. Ou seja, na situação de conflito, a posição do Estado acaba por contribuir mais com essa violência.

O agronegócio além de prejudicar de forma econômica esses povos, compromete também o meio ambiente e a saúde da população. Para garantir mercadorias para a alta demanda, especialmente no mercado externo, acaba-se por recorrer a algumas substâncias fortemente danosas para a natureza e para a população - os agrotóxicos. Segundo a CPT (2024, p. 12).

Os agrotóxicos são armas químicas utilizadas dentro de um contexto maior de violência no campo, em que o objetivo principal é inviabilizar a vida no campo, nas florestas e nas águas de modo a expulsar estas populações e abrir



caminho para uma exploração cada vez mais intensa dos bens naturais para geração de lucro.

Essa edição do Caderno (2024) pontua também que o Brasil está entre os três países que mais consomem agrotóxico, e que investe na tecnologia para aplicá-lo, chegando ao ponto em que agora é possível realizar a pulverização por drones.

Os Cadernos desde o seu lançamento têm causado muitas polêmicas e causado “incomodo” em certos grupos dominantes, incômodo esse que levou a um ataque de hackers no sistema da CPT, atrapalhando o lançamento do caderno no dia específico. Esse ataque aconteceu na edição de 2017, que não pôde ser lançada na data costumeira, dia 17 de abril, pois às vésperas do lançamento o portal da CPT sofreu o ataque de hackers (Ribeiro et.al., 2020). Esse ataque atrapalhou o lançamento, situação que pôde ser revertida posteriormente.

O Caderno de 2017 trouxe informações alarmantes de como as violências e assassinatos aumentaram. Segundo a CPT, 2017 foi o ano com maior número de registros de assassinatos desde 2003. O que chama mais atenção para esses assassinatos é que muitos ocorreram através de massacres: desde 1985 foram contabilizados quarenta e seis (46), sendo que cinco (5) ocorreram no ano de 2017, ou seja, esse ano ficou marcado devido a esse número considerável de massacres. O significativo aumento foi associado ao pós-impeachment, onde ocorreu mudanças nas leis favorecendo o agronegócio no campo e mudanças nas leis, aumentando a margem para a repressão aos movimentos populares, agentes de mediação e populações do campo (CPT, 2017).

Um dos objetivos principais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é não deixar cair em esquecimento toda violência que ocorreu e ocorre no campo brasileiro. Registrar esses dados e histórias é não deixar toda luta, resistência e mortes terem sido em vão. A CPT por ser uma entidade da Igreja Católica e partir da Teologia da Libertação vai sair em defesa dos pobres, que são os grupos sociais mais vulneráveis, sobretudo no campo brasileiro.

Por meio dos Cadernos, a CPT consegue dar publicidade à realidade do campo brasileiro, constituindo-se um meio para fortalecer a denúncia das violências que esses povos sofrem por não terem seus direitos respeitados. Esses dados não são apenas números, são representações de vidas perdidas e de diferentes formas de violência que só aumentam, se diversificam e pioram a cada dia. Por isso a CPT luta para que seus direitos sejam respeitados e que a desigualdade no campo acabe. Segundo (CPT, 2024, p. 158).



O Brasil lidera recordes de violência contra povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. O debate sobre os conflitos do campo brasileiro envolve a compreensão dos agentes sociais, da luta pela terra e do processo de reforma agrária. O espaço agrário é geografado pela heterogeneidade das transformações sociais, caracterizadas pelas múltiplas relações entre Estado, modelo econômico e sociedade.

A questão ambiental também está contemplada nas publicações organizadas pela CPT. Em seus Cadernos traz denúncias de uso de agrotóxicos, como a chegada do agronegócio afetou a biodiversidade e como isso pode afetar pequenas plantações e famílias. Trazem, também, informações sobre o número alarmante de incêndios criminosos, que foram identificados principalmente no ano de 2024. Segundo (CPT, 2024, p. 10),

Os casos de Incêndios aumentaram 113% e de Desmatamento Ilegal 39%, sendo a Amazônia Legal a região mais afetada. O número de ocorrências da violência Contaminação por Agrotóxico é o maior da década (276), com 17.027 famílias afetadas, um aumento de 763% no número de conflitos e 582% no número de famílias. A maioria dos casos (228) foi registrado no Maranhão, muitos com pulverização aérea.

Além das causas ao meio ambiente, atingindo a fauna e a flora, esses danos também trazem impactos para a população que vive ao redor, que na maioria das vezes são famílias que tentam manter o modo tradicional da agricultura, praticando a agricultura familiar e acabam ficando expostas às substâncias tóxicas que vêm no ar e inalando toda aquela fumaça.

Como contraponto, a CPT tem como objetivo fomentar a defesa da agroecologia, que seria uma forma mais saudável e sustentável de realizar os cultivos. Com a agroecologia, o propósito da CPT é trazer a reconstrução da agricultura, que hoje explora as pessoas para terem produção e lucros, produção que é tomada pelo agronegócio (CPT, 2015). Esse modo de realizar a agricultura traz mais evidência para os pequenos agricultores, que na maioria das vezes já praticam uma produção mais humana e sustentável.

As informações publicadas nos Cadernos são tanto quantitativas como qualitativas. Trazem números de vítimas e conflitos. Mas como o objetivo não é trazer só números, trazem também uma contextualização e explicação do que seriam esses conflitos e o porquê é tão importante ter a resistência.

Os dados qualitativos ajudam a compreender o contexto de cada conflito. Em sua forma de apresentação, antes de exibir os números cada Caderno traz uma contextualização do que seria o tal conflito e por que sempre os de melhores condições “levam sempre a melhor”. Esses



dados envolvem tanto fontes primárias, como relatos obtidos por entrevistas através de agentes da CPT, quanto fontes secundárias, como reportagens e publicações acadêmicas.

Os dados quantitativos são representados pelas tabelas e gráficos. Esses números envolvem registros de conflitos por ano, área em hectares que estão em disputa, quantas vidas foram ceifadas por causa de assassinatos, além das situações de agressão, prisões e outras formas de violência contra a pessoa. O conjunto dos dados é distribuído em recortes por Estados e regiões, além de ser detalhado o tipo de conflito.

Através desses dados tanto quantitativos como qualitativos, é possível analisar a evolução desses conflitos nos últimos cinquenta anos de existência da CPT. Pode-se perceber se as situações de violência vêm ou não diminuindo, bem como a questão da concentração fundiária, que só aumenta a cada ano que passa.

Durante todo o período em que a CPT atua na proteção dos povos do campo, a sua metodologia foi sendo modificada e aprimorada. O processo de coleta das informações, conceitualização de cada conflito, processamento dos dados, tudo isso é resultado do trabalho árduo de seus agentes para tentar conscientizar a população da realidade do campo brasileiro. Foi no final dos anos de 1970 que seus quadros resolveram dar início a essas pesquisas sobre os conflitos e violências que cercavam os trabalhadores do campo. Isso prossegue, até que, em 1985, a CPT passou a publicar um relatório anualmente onde constava as violências e os conflitos sofridos pelos trabalhadores rurais. Segundo a entidade, “Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT, para onde foram migrados os dados para SQL server” (CPT, 2014, p. 10).

Com isso a CPT passou a ser a primeira entidade a documentar e relatar esses acontecimentos no campo brasileiro. A coleta de dados é feita por agentes capacitados, que realizam pesquisas, digitalizam, sistematizam os dados em gráficos, tabelas e mapas dos conflitos (CPT, 2014). Esses agentes da CPT têm responsabilidade muito grande, pois realizam pesquisas que se transformam em dados e informações para a população. Realizam pesquisas primárias e secundárias. As primárias são realizadas por agentes regionais que enviam esses dados para a secretaria nacional e analisam cartas assinadas, declarações de Igrejas etc. Já as secundárias são realizadas em revistas, jornais etc.

Os dados são organizados por meio de formulários temáticos, atualmente do *Gaia*, banco de dados que permite a unificação em um único modelo os dados registrados pela CPT



ao longo dos anos. Esse formulário tem algumas variáveis relacionadas a diferentes tipos de conflitos (água, terra, trabalho) e envolvem informações como: municípios, nome dos conflitos, data que ocorreu, pessoas envolvidas, assassinatos, desmatamento etc. Esse processo de coletar e analisar os dados é contínuo e por isso que a cada publicação anual é comum ter números dos anos anteriores, pois o centro de documentação naquela época não tinha conhecimento de tal fato (CPT, 2014).

Esses dados passam pelo processo de inclusão ou exclusão dentro do sistema. As pesquisas primárias e secundárias são analisadas e quando é identificado algum tipo de conflito a ocorrência é registrada. Quando as informações secundárias não batem com os apurados pelas regionais da CPT, a fonte primária que é a registrada. Pode acontecer de não se ter as informações da data do ocorrido, então é documentada com o último dia daquele mês e ano (CPT, 2024). Mesmo aqueles que estão em espaços urbanos e reproduzem um modo de vida rural não ficam de fora:

Situações de violência e conflitos que envolvam povos indígenas e comunidades tradicionais, como quilombolas, pescadores, caiçaras, dentre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam modo de vida tradicional são registrados e contabilizados (CPT, 2024, p. 20).

Além desse processo de inclusão, os dados também passam pelo processo de exclusão do registro. As revistas costumam citar quatro situações em que se leva à exclusão. A primeira é quando os casos de violência, mesmo que ocorrida no campo, não estão diretamente ligados a conflitos por posse, trabalho etc. Um segundo caso é quando ocorre conflitos fundiários em perímetros urbanos, a não ser os casos que envolvem povos indígenas ou comunidades tradicionais, como quilombolas e pescadores artesanais que, mesmo no meio urbano, lutam pela preservação de seus modos de vida. Também quando ocorrem disputas e conflitos entre grandes proprietários e empresários do agronegócio. Por fim, o último caso é quando trabalhos análogos à escravidão ocorrem em áreas urbanas, sendo, porém, mencionados em notas do rodapé (CPT, 2024).

Por todas as suas características, os Cadernos são um instrumento útil não apenas para as populações atingidas e, quando possuem, seus movimentos organizados lutarem contra as diferentes formas de violência. Os cuidados e rigor com a coleta, organização e publicação dos dados tornaram os Cadernos também uma importante fonte para quem estuda os conflitos no



campo nas Universidades e escolas, embasando trabalhos científicos sobre a temática, além de veículos de mídia, que podem utilizar os dados para fins informativos.

Na próxima seção, serão analisados dados e informações específicas sobre os conflitos no campo sul-mato-grossense. Essa análise ajudará na compreensão das características das situações de violência contra as populações desse estado e a dimensão quantitativa dessas ocorrências.



SEÇÃO 2- UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS NO CAMPO SUL MATO-GROSSENSE (2014-2024)

Durante a análise dos dez anos (2014-2024) que fazem parte do nosso recorte de análise dos Cadernos da CPT, é possível observar várias mudanças, aumentos e diminuições dos conflitos, entre os anos. Foram analisados os conflitos do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), considerando as particularidades sociais e geográficas desse Estado: sua alta concentração fundiária, elevada taxa de violência contra as populações do campo e outros dados que, como será discutido, evidenciam um cenário dramático para camponeses, quilombolas, trabalhadores rurais e, sobretudo, indígenas.

O Mato Grosso do Sul é o estado que mais teve famílias atingidas pelo uso de agrotóxicos, atingindo especialmente os indígenas. Essas denúncias vieram todas do município de Dourados, município que se constitui um importante foco de violência no estado e no país (CPT, 2024).

Foram analisados os três principais tipos de conflitos agrupados nas tabelas de conflitos, sendo eles: conflitos por terra, trabalho e água. No estado do Mato Grosso do Sul, conflitos por terra ganham destaque por ocorrerem e serem registrados com maior frequência. Dos 796 registros de conflitos nos anos analisados, 691 foram por lutas por posse de terra. Esses conflitos em sua maioria envolvem indígenas, posseiros, sem-terra, assentados, que vivem em uma luta de resistência para não perderem suas terras para grandes proprietários, empresários etc.

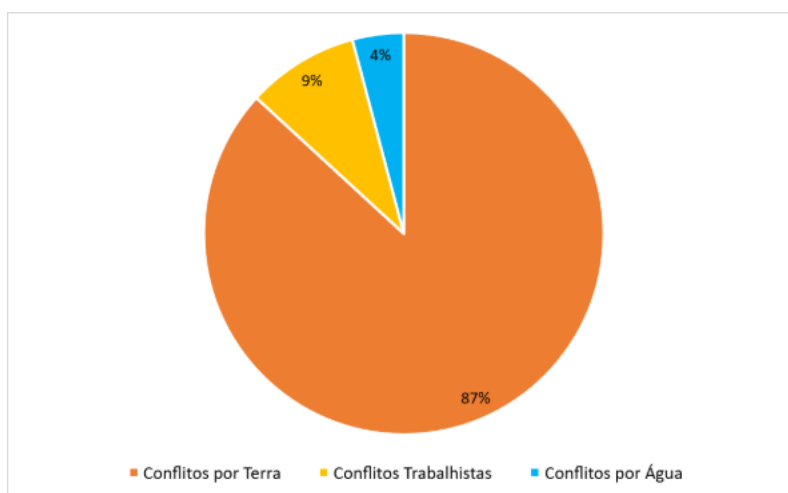
Tabela 1: Conflitos no Campo no Mato Grosso do Sul

Ano	Conflitos por Terra	Conflitos Trabalhistas	Conflitos por Água	Total de conflitos	Total de pessoas
2014	55	2	-	57	10846
2015	57	1	-	58	27404
2016	56	4	-	60	16652
2017	40	5	-	45	20940
2018	36	-	-	36	13775
2019	37	7	4	48	25592
2020	96	4	6	106	66567
2021	36	10	3	49	24572
2022	63	9	3	75	59152
2023	116	11	3	130	98144
2024	99	19	14	132	75645
Total	691	72	33	796	439289

Fonte: CPT – Cadernos Conflitos no Campo (2014-2024). Org. Amanda Cristina de Sena Garcia (2025).



Gráfico 1: Conflitos no Campo no Mato Grosso do Sul



Fonte: CPT – Cadernos Conflitos no Campo (2014-2024). Org. Amanda Cristina de Sena Garcia (2025).

No Mato Grosso do Sul, os territórios indígenas mais impactados por esses conflitos, agressões e violências são os do povo Guarani Kaiowá, que luta diariamente para retomar seus territórios, conhecidos como Tekohá. Segundo Mota (2017), A palavra *tekohá* representa todas as esferas do modo de vida Guarani e Kaiowá relacionadas com o espaço geográfico. Dessa forma, o *tekohá* representa o modo de vida Guarani e Kaiowá pautado no *tekoyma* e na possibilidade de produção do *teko porã*. Os laços simbólicos-afetivos com o território estão relacionados à sua geografia, com uma diversidade de espacialidades que possibilitam a reprodução de um modo ideal, sem deixar de ser real, para os Guarani e Kaiowá.

A conquista do território sagrado desses indígenas tem sido um sonho de difícil realização, especialmente no Mato Grosso do Sul. Segundo CPT, 2024, p. 2024,

[...] visto que o Mato Grosso do Sul é um dos estados brasileiros com maior concentração de terras e conflitos envolvendo os povos indígenas, a violência contra os Guarani Kaiowá tem sido constante desde que foram expulsos do seu território pelos grileiros e confinados a pequenas reservas.

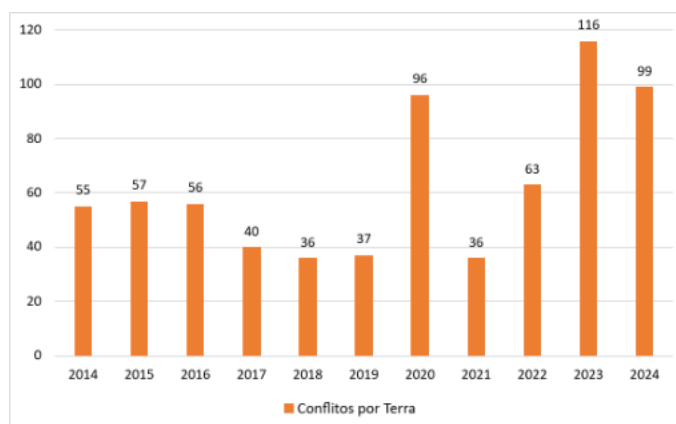
Analisaremos de modo mais detalhado cada um dos tipos de conflito, buscando obter o perfil dos conflitos no estado que é o objeto de nossa análise, o Mato Grosso do Sul.



Conflitos por terra

Entre os anos de 2014-2024, o estado de Mato Grosso do Sul (MS), se destacou negativamente em relação aos conflitos por terra. E isso se deve ao fato de que no estado a concentração fundiária é grande. Isso acarreta violências e massacres contra os mais vulneráveis, principalmente os indígenas, que estão em conflito o tempo todo com grandes fazendeiros, para conseguirem recuperar suas terras e que elas sejam demarcadas corretamente.

Gráfico 2: Mato Grosso do Sul: série histórica dos conflitos por terra (2014-2024)



Fonte: CPT – Cadernos Conflitos no Campo (2014-2024). Org. Amanda Cristina de Sena Garcia (2025).

Como podemos ver no gráfico 2, o ano de 2014 foi marcado por 55 registros de conflitos por terra, a maioria envolvendo os principais alvos de agressão do estado, que são os indígenas. Esses povos foram obrigados a viver em reservas, uma vez que seus Tekohá (territórios tradicionais) foram tomados, tirando-se deles o acesso a recursos básicos de sobrevivência.

Não houve aumento significativo em 2015, com 57 conflitos. Contudo, aquele ano foi marcado pelo assassinato do jovem indígena Semirão Fernandes Vilhalva, da etnia Guarani Kaiowá, morto a tiros após ameaças de fazendeiros, fato que simboliza a gravidade dos conflitos no estado (CPT, 2015).

Foram registrados cinquenta e seis (56) conflitos no ano de 2016, seguindo o Mato Grosso do Sul ainda em destaque negativo em relação à violência contra povos indígenas, ameaçados e violentados em suas próprias terras ancestrais (CPT, 2016, p. 193). Em 2017,



ocorreu uma queda nos conflitos documentados. No total, foram 40, envolvendo os indígenas e os povos sem-terra.

O ano de 2017 ficou marcado por confrontos violentos da polícia. As vítimas da vez foram os povos Terena, em um contexto de conflito na fazenda Querência São José. Foram despejados mais de trezentos indígenas Terena, sem ordem judicial. Nesse confronto não houve óbitos, mas pessoas ficaram gravemente feridas.

2018 foi um ano em que houve menos registros de conflitos, em relação aos anos anteriores, com 36 casos. Foram conflitos que envolveram novamente indígenas e sem-terra. A CPT pondera que naquele ano podem ter ocorrido problemas na obtenção dos dados, pois há percepção de aumento da violência naquele contexto.

Ocorreu um leve aumento nos números de conflitos nos campos brasileiros em 2019. Foram registrados 37 conflitos por terra, todos eles com os povos indígenas, ocorrendo aumento considerável nos números de conflitos em 2020. Foram 97 ocorrências de conflitos por terra, justamente no período de início da pandemia de Covid-19. A pandemia acabou enfraquecendo a presença do Estado em áreas rurais, deixando os povos à míngua, o que acarretou aumento da vulnerabilidade, já que a maioria dos indígenas, comunidades camponesas e indígenas ficaram sem acesso ao básico: saúde, comida e educação.

Além da pandemia, no ano de 2020 o Brasil era governado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que era favorável à ofensiva do agronegócio e às invasões a terras indígenas, quilombolas etc. Segundo (CPT, 2020, p. 35), a partir de então, a pandemia de Covid-19 estava sendo utilizada por Bolsonaro como política de extermínio das populações vulneráveis no campo e na cidade. Naquele ano foram assassinados sete indígenas, três quilombolas, três ribeirinhos, um posseiro e dois sem terras, demonstrando que as lutas pela terra no Brasil precisam reencontrar seus caminhos. Foi um período para a população brasileira em geral, com maiores prejuízos para as populações do campo.

No estado de Mato Grosso do Sul, o conflito por terra ainda está em liderança, envolvendo esses conflitos, em sua maioria, os povos indígenas, que são alvos de violência, e comprovando que a questão fundiária no Mato Grosso do Sul é desfavorável para os considerados como vulneráveis. O número voltou a cair em 2021, quando foram registrados 36 conflitos. Porém, em 2022, esse número voltou a subir. Foram 63 conflitos por terra envolvendo indígenas e assentados. No estado, naquele ano, foram registrados seis



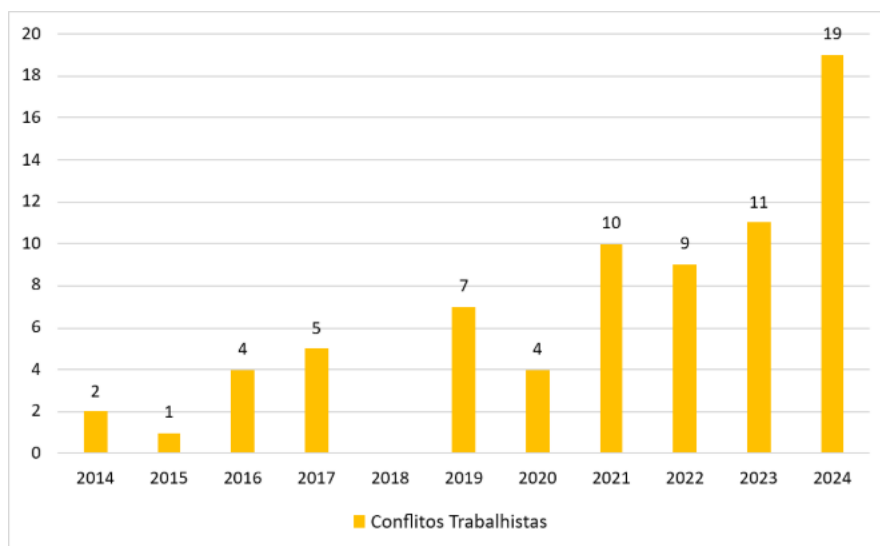
assassinatos, sendo todos eles cometidos contra indígenas, e houve 14 ameaças de morte contra eles. No período, a CPT publicou uma nota de repúdio contra o Estado, que havia feito um despejo ilegal de famílias Kaiowa e Guarani. Foi um despejo violento, envolvendo forças de choque da polícia militar de Campo Grande.

O ano de 2023 chega com um dos números mais alarmantes durante esses anos de documentação. Foram registrados 116 conflitos, que evidenciam a questão da concentração fundiária que só vem aumentando a cada ano. Foram conflitos que atingiram principalmente os indígenas, mas também afetou outros grupos, como os assentados e os sem-terra. A falta de demarcação das terras indígenas é um dos principais fatores para ocorrer esses conflitos, o que favorece grandes fazendeiros e empresários, que realizam expulsões e invasões. No ano de 2024, tem-se redução desses conflitos, que passam para 99, que continua a ser um número elevado. Além dos povos indígenas, as comunidades ribeirinhas também são afetadas, chegando a 13.906 pessoas atingidas no território nacional. Os conflitos estão cada vez mais violentos e sangrentos. Neste ano o estado do Mato Grosso do Sul ficou em sétimo lugar em âmbito nacional (CPT, 2024).

Conflitos trabalhistas

Entre os anos de nosso recorte, o conflito trabalhista também chamou atenção pelas suas variações significativas (como podemos observar no gráfico 3). Esse conflito pode ser entendido como trabalhos análogos a escravidão que são aqueles que forçam o trabalhador a fazer algo que não quer, ou que não deveria, horas extensas de trabalho sem remuneração, sem acesso a recursos básicos etc.

Gráfico 3: Mato Grosso do Sul: série histórica dos conflitos trabalhistas (2014-2024)



Fonte: CPT – Cadernos Conflitos no Campo (2014-2024). Org. Amanda Cristina de Sena Garcia (2025).

No ano de 2014, foram dois conflitos, localizados em lavouras e fazendas relacionadas à pecuária. Para esse número baixo pode ser que realmente não ocorreram tantos conflitos relacionados ao trabalho, ou que por tamanha violência e a impunidade tenha causado medo nas pessoas para denunciar. Foi apenas um conflito no ano de 2015 e as possíveis causas para isso podem ser as mesmas do ano anterior.

Ocorreu aumento desses conflitos no ano de 2016, quando foram registradas quatro ocorrências em fazendas de cana-de-açúcar, pecuária e carvoaria. No ano de 2017, os conflitos aumentaram para cinco e ocorreram em fazendas de pecuária. No ano seguinte, 2018, não houve nenhum registro, relacionando-se provavelmente ao mesmo caso citado em 2014.

Aumentos começaram a ocorrer em 2019, quando foram registrados sete conflitos trabalhistas, associados ao trabalho análogo à escravidão que ocorreram em fazendas de pecuária, extração de madeira e carvoaria. Houve 44 denúncias e 31 pessoas resgatadas, com nenhum menor envolvido. O ano seguinte, 2020, foram quatro conflitos por trabalho análogo à escravidão, aparecendo em fazendas de soja, pecuária e mandioca.

Foram 63 denúncias com libertos, entre eles 14 menores. O maior número até então de conflitos foi em 2021, quando chegou aos dez conflitos, neste caso trabalho análogo à escravidão em fazendas de lavoura de milho, extração de madeira, criação de gado etc. Entre essas denúncias tiveram 80 resgates, entre eles nove de menores de idade.

No ano de **2022**, voltou a diminuir para nove os conflitos e sempre atingindo pessoas que acabam ficando reféns da condição de trabalho análogo a escravidão. São os povos que



trabalham como cerqueiros, criação de gado, trato do eucalipto etc. O número de resgatados por trabalho análogo à escravidão naquele ano foi maior, chegando a 116 pessoas libertas e nenhum menor envolvido entre eles.

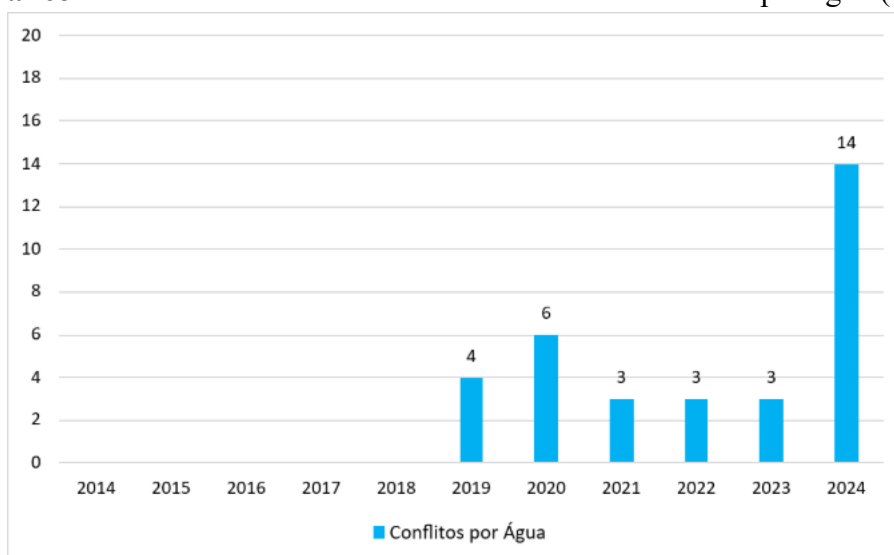
Foram onze conflitos em **2023**, 123 denúncias e 88 resgatados. Entre eles, dois menores. Esses casos de trabalho análogo à escravidão costumam acontecer em fazendas, onde o fazendeiro vê comunidades mais vulneráveis e se aproveitam disso, prometendo boas condições de vida e depois de levar as vítimas para essas fazendas acabam por fazê-las de escravos, dizendo que eles têm uma dívida com esse fazendeiro por “terem os tirado de uma situação precária”. O problema é que tiram de uma situação complicada e colocam em uma pior ainda.

No ano de **2024**, foi o maior número de conflitos trabalhistas registrados, chegando a 19. Foram 337 denúncias e 124 registros de trabalho análogo à escravidão, estando entre eles três pessoas menores de idade. Segundo entrevista do site Brasil de Fato, nesse ano os mais afetados pelo trabalho análogo a escravidão foram os indígenas. Nessa entrevista, pontua-se também que o racismo e falta de oportunidades colaboram para que essa exploração aconteça (Penha, 2024).

Conflitos por água

Os conflitos por água no estado de Mato Grosso do Sul não tiveram muitos registros ao longo desses anos, como é possível ver no gráfico 4.

Gráfico 4 – Mato Grosso do Sul: série histórica dos conflitos por água (2014-2024)





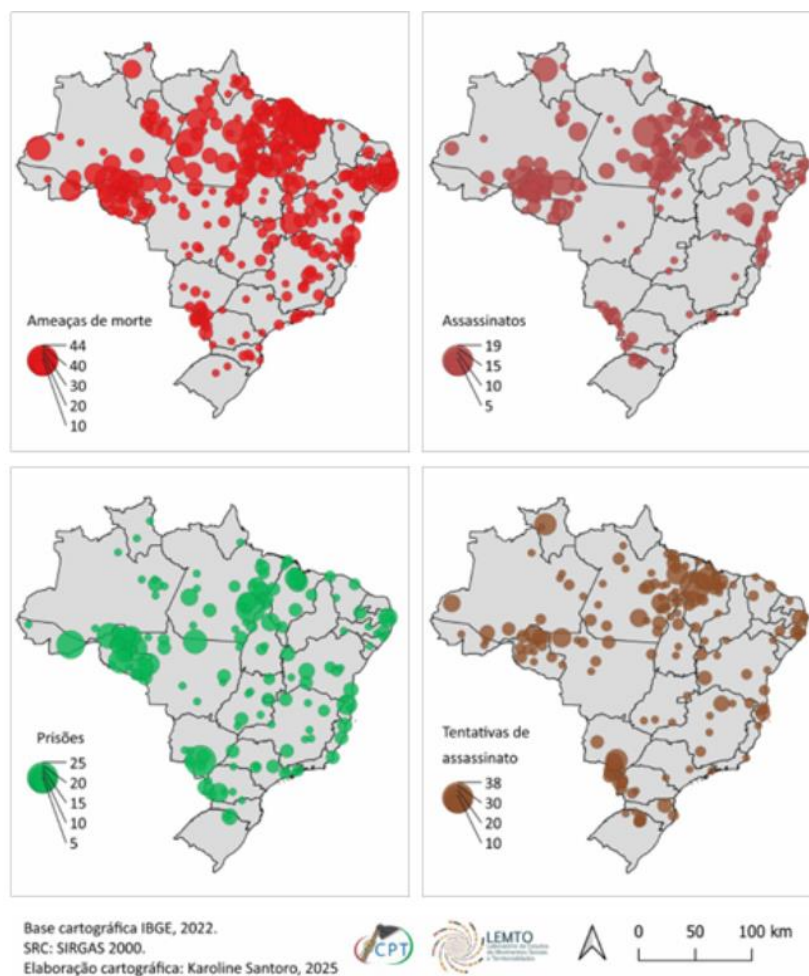
Fonte: CPT – Cadernos Conflitos no Campo (2014-2024). Org. Amanda Cristina de Sena Garcia (2025).

A sistematização dos dados apresenta ausência dos números entre os anos 2014 e 2018, o que pode se dever ao fato de que no período o Mato Grosso do Sul não possuiu um grande projeto de infraestrutura hídrica, não resultando em casos de conflito nessa categoria (CPT, 2014). O primeiro ano com registros notificados foi em 2019, quando foram identificadas quatro ocorrências, relacionadas à diminuição de acesso à água e à poluição das águas. No ano de 2020 houve um aumento para seis conflitos levando a entender como estava tensa a situação territorial e ambiental no campo, pois nesse ano houve situações de não cumprimento de procedimentos legais.

Nos anos de 2021, 2022 e 2023 os números de conflitos caem para três e ainda continua o mesmo padrão de atividades ilegais relacionadas com a água, como por exemplo a sua poluição e diminuição do acesso à água devido à concentração fundiária presente no estado. O ano de 2024 foi aquele com maior número registrado desse tipo de conflito, totalizando 14. Foram 4.921 famílias atingidas por esses conflitos no Brasil. E em sua maioria foi pela diminuição do acesso à água, trazendo novamente a pauta da concentração fundiária, que acaba também desencadeando esse conflito.

A questão da violência é algo tão marcante no Brasil que a CPT, 2024 publicou um mapa em seu caderno conflitos no campo, mostrando como a violência predomina nos campos brasileiros. O mapa engloba o Brasil inteiro, porém com enfoque no Mato Grosso do sul, é possível muitas ameaças de morte tentativas de assassinatos. Que é algo bem característico do estado. Como podemos ver no mapa 1.

Mapa 1: A distribuição dos quatro tipos de violência contra pessoa pelo território brasileiro entre 2015 e 2024



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT (2024)



CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou traçar um perfil dos conflitos agrários no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Os maiores prejudicados pelos conflitos no campo são os camponeses, posseiros, acampados, indígenas, ou seja, praticamente todas as minorias que residem nos campos brasileiros. O ato da CPT (Comissão Pastoral da Terra) de documentar esses conflitos, com dados e tabelas, foi muito importante para conscientizar as pessoas de uma triste realidade e dar mais visibilidade à luta desses povos, que sempre foram alvos de violência e até mesmo de mortes. Algo que veio à pauta foi o papel dos órgãos públicos e do Estado nesses conflitos. Pode-se perceber que o Estado é um dos maiores facilitadores para expansão do agronegócio e concentração fundiária das terras. O Estado que deveria proteger as famílias, dá o livre acesso para grandes fazendeiros e empresários, tomem as terras dessas pessoas e cometam violência sem nenhuma consequência.

A escolha do estado de Mato Grosso do sul (MS) se deu por este ser um Estado que tem muita concentração fundiária de terra. Este é, em geral, um país muito desigual em todos os critérios. Mas na distribuição de terra, ganha destaque. Como demonstrado durante o texto, no Brasil 1% das propriedades rurais concentram 45% de toda a área rural do país. A CPT é uma das apoiadoras da reforma agrária, pois só assim haverá uma distribuição justa das terras e as minorias não terão suas terras invadidas e tomadas.

Os dez anos analisados (2014-2024) foram escolhidos por remeterem a anos que ocorreram fatos marcantes ligados ao campo brasileiro. No texto é falado sobre o impeachment da Dilma Rousseff em 2015 como um marco importante, como também em 2018, um contexto com fortes discursos e atos contra movimentos sociais no mandato de Jair Bolsonaro. Mais recentemente, em seu terceiro mandato (2022-2026), Lula traz discursos mais favoráveis aos movimentos sociais, porém, por enquanto sem nenhuma mudança na estrutura das políticas agrárias.

Foram analisados três tipos de conflitos: conflitos por terra, conflitos por água e, por fim, conflitos trabalhistas. Foram ao todo identificados 796 conflitos. No Mato Grosso do Sul, ganha mais destaque os conflitos por terra, que foram 691 conflitos, colocando em maior evidência a luta dos povos indígenas, camponeses e assentados para terem acesso à terra que é deles por direito. Nesses conflitos, no estado de Mato Grosso do Sul, os mais afetados são os



indígenas, principalmente os Guarani e Kaiowá, que têm seus *Tekoha* invadidos e são retirados e, quando muito, levados para áreas de reservas distantes de seus territórios tradicionais.

Em segundo lugar ficam os conflitos trabalhistas, que foram ao todo 62 durante os anos que compõem nosso recorte. Esse número considerado baixo é devido ao medo ainda existente de realizar denúncias. Na maioria das vezes pessoas que passam pela situação de trabalho análogo a escravidão, sofrem ameaças e pressão psicológica para acreditarem que tem uma “dívida” com o fazendeiro que o contratou. A CPT documenta o número de resgatados também, e através disso é possível ver que até crianças ou adolescentes são submetidos a essa situação.

Em terceiro lugar, tem-se o conflito por água, que quase não teve denúncias registradas. Foram ao todo 33 conflitos nessa categoria. Alguns dos motivos para isso é que o estado do MS não tem um grande projeto de infraestrutura hídrica. Mas os principais problemas desse conflito, quando foram identificados, se referem à poluição da água por agrotóxicos e a diminuição do acesso à água. Importante considerar que a diminuição do acesso à água está ligada aos conflitos por terra, pois devido às concentrações fundiárias, os povos vão perdendo seus corpos hídricos.

Portanto, conclui-se que o perfil dos conflitos agrários no estado do Mato Grosso do Sul (MS) é na sua maioria devido à terra. A concentração fundiária atinge, principalmente, os indígenas e os sem-terra, o que torna esse um estado marcado pela violência contra as populações mais vulneráveis. Há esperanças de que aconteça a reforma agrária, pois só assim vão conseguir desfrutar de suas terras e continuarem o modo de vida tradicional.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Helena Gondim. **Atuação política da Comissão Pastoral da Terra: a Igreja e os movimentos sociais**. 1987. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1987.

BRASIL DE FATO. Indígenas do Mato Grosso do Sul são os mais explorados por trabalho escravo. **Brasil de Fato**, 7 maio 2024. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/07/indigenas-do-mato-grosso-do-sul-sao-os-mais-explorados-por-trabalho-escravo/>.

Conflitos no Campo – Brasil 2014. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa]. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2015. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade]. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.: fotos, tabelas. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2016. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade]. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 p.: fotos, tabelas. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2017. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade]. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017. 280 p.: fotos, tabelas. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2018. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, abr. 2019. 254 p. il., tabelas, fotografias. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2019. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Paulo César Moreira dos Santos. Goiânia: CPT Nacional, 2020. 247 p., il., tabs. e figs. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2020. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021. 279 p., il., tabs. e figs. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2021. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p., il., tabs. e figs. ISSN 1676-661X.



Conflitos no Campo – Brasil 2022. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
Goiânia: CPT Nacional, 2023. 254 p., il., tabelas, fotografias. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2023. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p., il., tabelas, gráficos, fotografias. ISSN 1676-661X.

Conflitos no Campo – Brasil 2024. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2025. 32 p. ISBN 978-65-994503-5-8.

Conflitos no Campo – Brasil 2025. / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.
Goiânia: Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional, 2026. 35 p. ISBN 978-65-994503-6-5.
CPT – Comissão Pastoral da Terra. Sessão Solene na Câmara dos Deputados marca os 50 anos de atuação da CPT. 28 ago. 2025. Disponível em:
<https://cptnacional.org.br/2025/08/28/sessao-camara-deputados/>.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver). **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, p. 60–85, 2017.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p.185–191, 2012. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/2025/08/28/sessao-camara-deputados/>.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; ANTUNES, José Luiz Cordeiro; CAMELLO, Lândhor Borges; SOUZA, Maria José Andrade de; SOUZA, William Kennedy do Amaral. Os cadernos de conflitos no campo da CPT. **Trabalho Necessário**, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 18, n. 36, p. 404–427, maio/ago. 2020. DOI:
<https://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42533>. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42818>.

TV GGN. A ligação da Igreja Católica na luta pela terra e resistência no Brasil. **YouTube**, 28 ago. 2025. Entrevista conduzida por Ícaro Brum com Cecília Gomes (Comissão Pastoral da Terra – CPT). Disponível em: **HYPERLINK**
"<https://www.youtube.com/watch?v=9TWw2u0eL0A>"<https://www.youtube.com/watch?v=9TWw2u0eL0A>